

União quer receber Cr\$ 44 bi dos Estados

O projeto do Orçamento Geral da União para 1991 não prevê recursos para o refinanciamento da dívida externa dos estados, Distrito Federal, municípios e suas empresas. Nos próximos dias, o Banco Central deverá estabelecer as regras para o reemprestimo dos valores devidos. A União quer receber no ano que vem os juros da dívida dos estados e municípios que vencem em 1991, cerca de Cr\$ 44,8 bilhões, referentes a empréstimos honrados pela União.

A proposta orçamentária enviada ao Congresso prevê ainda a amortização do principal da dívida mobiliária Federal que vence no ano que vem. Do total de Cr\$ 2,072 trilhões, o Governo vai resgatar Cr\$ 1,9 trilhão (94,4 por cento) com a emissão de títulos.

Toda a receita prevista com o programa de privatização e com a colocação de Certificados de Privatização (CPs) será usada para a redução do estoque da dívida mobiliária e também para o pagamento de Cr\$ 200 bilhões de

dívida da administração direta e autarquias com organismos internacionais. O Governo espera uma receita de Cr\$ 226 bilhões — Cr\$ 186 bilhões com a venda de CPs, mais Cr\$ 40 bilhões da alienação de empresas estatais.

Dentro da estratégia de gastar menos nas atividades-meio, o orçamento reduziu em 12 por cento as despesas com pessoal em relação a este ano e em dez por cento nas despesas com manutenção. Essa economia permitirá um aumento de 24 por cento nos investimentos da administração direta e autarquias nas prestações de serviço à sociedade. “É o primeiro esforço objetivo para o Governo resgatar seus compromissos sociais”, disse o diretor do Departamento de Orçamento da União, Cláudio Forghieri.

INVESTIMENTOS

Os recursos da seguridade social, concentrados nos Ministério do Trabalho e da Previdência Social, da Saúde, e da Ação Social, crescerão 14 por cento em rela-

ção a este ano. O Orçamento não leva em consideração os projeto de custeio e benefícios aprovados pelo Congresso e que foram sanção presidencial. Se o texto for ratificado pelo presidente Fernando Collor — o que é pouco provável — o Governo terá de encaminhar ao Congresso pedido de crédito suplementar para fazer frente às novas despesas.

Na parte de investimentos das empresas estatais, a proposta orçamentária estima uma retomada dos investimentos em relação à revisão orçamentária deste ano e ao que foi realizado em 1989. Em 1991, os investimentos nas estatais deverão representar 2,3% por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Esse ano, a estimativa é de 1,99 por cento do PIB e em 1989 foi 2,40 por cento do PIB. A Petrobras terá Cr\$ 173 bilhões, a Eletrobrás Cr\$ 177 bilhões, e o grupo Telebrás Cr\$ 175 bilhões — em valores de maio. O orçamento prevê um superávit operacional de um por cento do PIB.

